

SIMBIOSE ENTRE O GOLPE DE 2016 E A DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL: o criptogoverno na teatrocrazia brasileira.

Carlos Augusto de Oliveira Diniz ¹

Resumo

A proposta do presente trabalho é apresentar outro prisma para que se possa entender a relação entre o golpe de 2016 e a rapinagem promovida pelo sistema financeiro nacional, neste sentido, apresenta-se quase que na forma de um manifesto, ou panfleto, para apresentar outra compreensão em contraponto ao que é posto pelos grandes veículos de comunicação. Imediatamente após o golpe de 2016 o governo golpista inicia uma série de medidas para atender aos anseios da elite composta por banqueiros, grandes conglomerados, mídia. Essa elite atua sem se aparecer diretamente é o que se chama de *criptogoverno* que não possui outra intenção que na seja a rapinagem do povo trabalhador. Para tanto o governo golpista aprova medidas como a Emenda Constitucional 95 que limita gastos públicos por 20 anos sobre o pretexto de grave situação econômica. Tal limitação não ataca o real problema que é o gasto com o pagamento dos juros da dívida pública para o sistema financeiro, o que tem consumido mais de 42% do orçamento executado da União. A opção dos golpistas de 2016 é limitar recursos para a saúde, educação, trabalho, previdência, que juntos têm consumido 33% do orçamento executado. O que se vê é uma encenação (teatrocrazia) onde o povo trabalhador tem sido paciente expectador. Para o presente trabalho optou-se pelo método dedutivo. O objetivo geral é demonstrar que o golpe de 2016 possui relação direta com o avanço crônico da dívida pública no Brasil, o objetivo específico é esclarecer o que a Emenda Constitucional 95 só será concretizada com a reforma da previdência, pois o aumento dos privilégios da elite da rapina só ocorrerá com a drenagem de recursos da previdência social para pagar juros e amortização da dívida pública. Como marco teórico usou-se o pensamento de Jessé de Souza e Norberto Bobbio. E o resultado prévio é o de que o governo golpista atua para aumentar a rentabilidade do sistema financeiro e isso se faz com a drenagem de recursos orçamentários das áreas sociais para o pagamento de juros e amortização da dívida pública.

Palavras-chave: Golpe de 2016, Dívida Pública; Rapinagem, Teatrocrazia.

¹ Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Área de Concentração: Efetividade do Direito na linha de pesquisa: Ética, Linguagem e Justiça. Mestre em Direito pelo Centro Universitário Toledo de Araçatuba-SP (UNITOLEDO) na Área de Concentração: Prestação Jurisdicional no Estado Democrático de Direito; Linha de Pesquisa Tutela Jurisdicional dos Direitos Sociais, Difusos e Coletivos (2011). Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS (2008). Professor da Carreira de Magistério Superior do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás-UFG. Coordenador do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás-UFG, Regional Jataí-GO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3127802813505867> . E-mail: carlosaugustodiniz@hotmail.com

Résumé

L'objectif de cet article est de présenter une autre perspective afin de comprendre la relation entre le coup d'État de 2016 et le rapprochement promu par le système financier national. En ce sens, il s'agit presque d'un manifeste ou d'une brochure pour présenter un autre projet. compréhension contrairement à ce que disent les grands médias. Immédiatement après le coup d'État de 2016, le gouvernement du coup d'État a lancé une série de mesures pour répondre aux aspirations de l'élite composée de banquiers, de grands conglomérats et de médias. Cette élite agit sans apparaître directement est ce qu'on appelle cryptogoverno qui n'a d'autre intention que le rapinagem des travailleurs. Pour cela, le gouvernement du coup d'Etat approuve des mesures telles que l'amendement constitutionnel 95 limitant les dépenses publiques pendant 20 ans sous prétexte d'une situation économique grave. Une telle limitation ne résout pas le véritable problème du paiement d'intérêts sur la dette publique au système financier, qui a absorbé plus de 42% du budget exécuté de l'Union. Les fraudeurs de 2016 ont pour option de limiter les ressources destinées à la santé, éducation, travail, bien-être social qui, ensemble, ont consommé 33% du budget exécuté. Ce que vous voyez est une mise en scène (dramatisation) où les travailleurs ont été patients à regarder. Pour le travail actuel, nous avons choisi la méthode déductive. L'objectif général est de démontrer que le coup d'État de 2016 est directement lié à la progression chronique de la dette publique au Brésil. L'objectif spécifique est de préciser quel amendement constitutionnel 95 ne sera atteint qu'avec la réforme des retraites, car l'augmentation des privilèges de l'élite l'abattage des fonds de la sécurité sociale pour payer les intérêts et l'amortissement de la dette publique. En tant que cadre théorique, la pensée de Jesse de Souza et de Norberto Bobbio a été utilisée. Et le résultat précédent est que le gouvernement du coup d'Etat agit pour augmenter la rentabilité du système financier, ce qui se fait avec un assèchement des ressources budgétaires des domaines sociaux pour le paiement des intérêts et l'amortissement de la dette publique.

Mots-clés: Coup de 2016, dette publique; Rapinagem, théâtre.

Introdução

Quando se fala atualmente em crise econômica é fundamental pensar que vive-se no sistema capitalista e por consequência e dentre dele que se vislumbras as causas e efeitos de todo e qualquer acontecimento com desdobramentos econômicos e políticos os quais são sentidos pela sociedade. Neste sentido é importante regressar na História recente para um adequado posicionamento do presente tema na cronologia dos fatos.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o mundo passou por uma divisão explícita entre até então aliados, trata-se dos blocos capitaneados por Rússia e Estados Unidos, essa divisão do planeta fez surgir no período do pós-guerra a conhecida guerra fria. Em tal período

o que se viu foi o mundo dividido em duas formas de entendimento antagônicas do ponto de vista político, econômico, e militar.

O mundo dividido prevaleceu até a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas no final do século XX, e como marco histórico deste fato cite-se ainda a queda do Muro de Berlim em 1989. Este momento histórico marcou a ascensão do dito neoliberalismo que desde então tem ditado as regras para os governos pelo mundo.

No Brasil é importante citar a luta para combater a inflação, que na verdade foi um problema econômico bastante acentuado paralelamente a queda do Muro de Berlim, e no momento seguinte. E no Brasil os governos passaram a se alinhar com a nova receita econômica mundial imposta, sobretudo pelos Estados Unidos, qual seja, foi assim com Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, e agora com Dilma Rouseff.

O Brasil vivia neste período uma crise econômica de grandes proporções, os governos tinham a meta de acabar com a inflação e muitas tentativas foram feitas até que a estabilidade econômica pudesse ser sentida com o Plano Real

As várias tentativas para deter a inflação nos governos Sarney (1985-1990) e Collor (1990-1992) haviam deixado um travo amargo nos economistas. No povo, o pavor de novos congelamentos de salários ou do confisco de depósitos e poupanças. Apesar disso, também se espalhava a sensação de que não seria possível continuar do jeito que estava. O único plano do qual o público e os políticos tinham saudades era o Cruzado. É certo que o Cruzado terminou em moratória e na volta da inflação. Pelo menos, no entanto, legara a boa lembrança do gosto de expansão do consumo e de melhores salários durante um certo período. Essa é a dificuldade política para lidar com a economia. O Cruzado ruína, entre outras razões, porque o governo não teve força para impor maior disciplina fiscal e porque, na partida, concedeu um aumento real de salários. Uma medida que produziu sensação de desafio e prosperidade – e até mesmo crescimento econômico – causou também o recrudescimento da inflação. Depois da tentativa frustrada de volta ao paraíso com o Plano Bresser (junho de 1987) e das peripécias do Plano Verão (janeiro de 1989), veio a catástrofe do Plano Collor (março de 1990). A prefixação dos preços, os congelamentos temporários, as mudanças de índices perpassaram vários desses planos e geraram incontáveis demandas judiciais, dando margem a parte do que se chamou de “esqueletos” do setor público, ou seja, dívidas existentes, ou bombas-relógios de débitos em pleno curso de estourar, mas não incluídas formalmente na contabilidade pública. Diante da algaravia dos economistas, das alterações súbitas das leis, enfim, das incertezas que se seguiram aos vários planos salvadores, explicam-se a desconfiança do povo, o ceticismo dos economistas envolvidos nas experiências anteriores de estabilização e a urgência em tomar alguma providência que aliviasse a situação. (CARDOSO, 2006, p. 142/143).

Neste sentido o governo que conseguisse dar um basta esse quadro caótico teria grande apoio da população, pois a inflação era um problema grave que corria o poder de

compra da moeda e impunha um acentuado quadro de penúria, sobretudo, para a população com menor renda.

Ocorre, que a estabilização econômica veio durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, porém a um custo econômico repleto de medidas genuinamente neoliberais e que foram reproduzidas pelos demais governos.

Mas essa política econômica neoliberal desenvolvida no Brasil, após a queda do Muro de Berlim, com vistas a combater a inflação e propondo políticas de austeridade custou muito a país, pois antes do Real o governo criou a Unidade Real de Valor – URV.

Na data de seu lançamento, a URV partiu valendo CR\$ 647,50 (seiscentos e quarenta e sete cruzeiros reais e cinquenta centavos), chegou-se a esse valor fazendo-se uma média na qual foram utilizados três índices de preços, que demonstravam pesquisas feitas na economia, eram o IGP-M, o IPCA, e o IPC da Fipe. Foi feita essa média porque o valor de partida da URV não podia ser aleatório, era preciso que o valor representasse a conjuntura econômica do momento (DINIZ, 2007).

Depois de colocar a URV em vigência, a equipe econômica se via em meio a mais uma decisão que seria crucial para o deslinde do Plano Real: qual seria o tempo de duração da URV? Em quanto tempo seria lançada a nova moeda? Além disso, como funcionaria a indexação ao dólar.

A ideia inicial seria manter uma espécie de paridade que flutuaria dentro de uma banda com um piso e um teto. Todas as vezes que o dólar ultrapassasse o piso ou o teto, o Banco Central interviria comprando ou vendendo dólares conforme o caso. Além disso, essa banda teria vigência de alguns meses e depois poderia ser modificada pelo Banco Central, deslocando a banda, alargando, estreitando conforme a necessidade. De início pensou-se num piso fixado em 0,85 centavos de dólar e o teto fixado em 1,15 dólar.

Isso era mistura de câmbio fixo com câmbio flutuante, pois o dólar podia flutuar desde que não extrapolasse o piso e o teto. Era a forma que a equipe econômica havia encontrado para manter a URV valorizada, cotada em certa paridade com o dólar.

Ocorre, essa paridade inicial teve impactos diretos sobre a dívida pública brasileira isto porque em paridade com o dólar a indústria brasileira não fica competitiva e isso faz com que aumentem as importações e conseqüentemente ocorre um déficit na balança comercial. E foi justamente o que ocorreu no Brasil neste período

O crescimento da dívida interna se deu principalmente porque, com o real sobrevalorizado, o Brasil começou a ter grandes déficits na sua balança comercial e

principalmente nas chamadas transações correntes com os outros países, que incluem também os juros e serviços e as remessas de lucros para o exterior. Para equilibrar as contas, o país tinha que atrair capitais externos de curto prazo oferecendo taxas de juros altíssimas. A entrada desses capitais contribuía para valorização adicional do real frente ao dólar. Assim criou-se um círculo vicioso que fez a dívida pública interna líquida sair de 20,7% do PIB em 1994 e chegar a quase 40% do PIB, ou cerca de 400 bilhões de reais, no final de 1999. Somente o custo de acumulação de Reservas Internacionais no Banco Central pode ser estimado em até 76 bilhões de reais, dependendo dos parâmetros utilizados (Considerando-se nesse caso todo o diferencial de juros entre o rendimento das reservas e a taxa de juros básica do Banco Central). O total gasto com juros ultrapassou os 250 bilhões de reais nos seis anos entre 1994 e 1999.(PEREIRA, 2015, sp.).

E esse quadro iria apenas se acentuar após o governo Fernando Henrique Cardoso e durante as gestões de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, ocorre que o que se pretende mostrar no presente trabalho é que a dívida pública brasileira tem causas que não são as apontadas pelo governo com apoio maciço da mídia.

Dívida pública e estado brasileiro

A crise econômica que atravessa o mundo neste ano de 2015 repercute no Brasil com o apoio fundamental da mídia nacional que controla dados e manipula o entendimento acerca dos reais motivos que estruturam a crise no caso brasileiro.

Neste sentido desde já é importante destacar o texto do artigo 26 dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que apresenta a seguinte redação: “Art. 26. No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro. § 1º A Comissão terá a força legal de Comissão parlamentar de inquérito para os fins de requisição e convocação, e atuará com o auxílio do Tribunal de Contas da União. § 2º Apurada irregularidade, o Congresso Nacional proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que formalizará, no prazo de sessenta dias, a ação cabível.”

Então percebemos um comando constitucional positivado em 1988 e neste sentido é importante entender o conceito de dívida pública, e para tanto é importante divulgar a o trabalho da **AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA** que é uma associação sem fins lucrativos cujos objetivos são os seguintes:

Art. 2º. A Associação tem como objetivos: **I** – Realizar, de forma cidadã, auditoria da dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estaduais e municipais. **II** – Demonstrar a necessidade do cumprimento do disposto no artigo 26 do ADCT da Constituição Federal de 1988, que prevê a realização da auditoria da dívida externa. **III** – Exigir a devida transparência no processo de endividamento brasileiro, de forma que os cidadãos conheçam a natureza da dívida, os montantes recebidos e pagos, a destinação dos recursos e os beneficiários dos pagamentos de juros, amortizações, comissões e demais gastos. **IV** – Exigir a devida transparência do orçamento fiscal, de forma que os cidadãos conheçam detalhadamente todas as fontes de recursos públicos e sua respectiva destinação. **V** – Mobilizar a sociedade em ações coordenadas para a exigência do cumprimento do dispositivo constitucional que determina a realização da auditoria da dívida. **VI** – Promover estudos e pesquisas relacionados com o tema do endividamento público brasileiro. **VII** – Popularizar a discussão do endividamento público por meio da elaboração de publicações, manutenção de página na internet e promoção de eventos. **VIII** – Estabelecer relações com outras entidades e redes nacionais e internacionais com o objetivo de realizar estudos, cooperar com processos de auditoria da dívida em outros países, divulgando a auditoria como ferramenta de investigação do processo de endividamento e como meio para articulação internacional de países endividados. (AUDITORIA CIDADÃ, 2015).

Tal associação tem trabalhado de maneira séria e competente para que o Brasil possa desenrolar este emaranhado que se tornou a dívida pública no Brasil. O trabalho das pessoas que idealizam **AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA** é reconhecido até internacionalmente, como por exemplo, o trabalho de Maria Lucia Fattorelli que trabalhou na auditoria da dívida pública no Equador, e trabalhará na auditoria da dívida grega.

Trata-se a dívida pública dos empréstimos feitos pelo Estado com as instituições financeiras (públicas ou privadas), no mercado financeiro interno ou externo. Além destes os empréstimos firmados com empresas, organismos nacionais e internacionais, pessoas ou outros governos também fazem parte (AUDITORIA CIDADÃ, 2015).

A dívida pública federal se formaliza por meio de contratos celebrados entre o Estado e as Instituições financeiras, ou por meio da oferta de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Teoricamente, a dívida pública é classificada como dívida interna ou dívida externa, de acordo com a localização dos seus credores e com a moeda envolvida nas operações (AUDITORIA CIDADÃ, 2015).

Atualmente, diante da ausência de restrições ao ingresso e saída de moedas internacionais no Brasil esses conceitos precisam ser revistos, pois bancos e instituições estrangeiras são credores da dívida *interna*, da mesma forma que bancos e instituições brasileiros podem ser credores da dívida *externa* (AUDITORIA CIDADÃ, 2015).

Além disso, o Brasil tem emitido títulos da dívida externa em reais. Tais exemplos demonstram que, atualmente, a natureza de ambas as dívidas – interna e externa – se

confunde. Somando a chamada dívida *interna* com a *externa*, temos o total da dívida pública brasileira (AUDITORIA CIDADÃ, 2015).

Mas então qual a importância do pagamento antecipado ao Fundo Monetário Internacional – FMI em 2005? Apesar de importante o que se percebe é que o Governo Lula não fez um bom negócio, pois seria como se um cidadão retirasse dinheiro do cheque especial para investir na poupança que paga quase nada se comparada àquele (AUDITORIA CIDADÃ, 2015).

Em 2005 o Governo Lula realizou o resgate antecipado ao FMI, no valor de US\$ 15,5 bilhões. Ocorre, que tal pagamento foi feito mediante a emissão de novas dívidas interna e externa com juros muito superiores aos juros que vinham sendo pagos ao FMI (AUDITORIA CIDADÃ, 2015).

Tal pagamento significou, na prática, a troca de dívida sobre a qual incidia uma taxa de juros anual de 4% por nova dívida interna, que na época remunerava à taxa de juros de 19,3% ao ano (AUDITORIA CIDADÃ, 2015).

Lembrando-se do discurso de Lula em 1989 quando na corrida eleitoral propunha o não pagamento da dívida externa, pode-se até pensar que por ironia do destino o governo Lula que antes pregava o calote agora havia pagado o débito, porém como se viu, tal governo não pagou a dívida externa, ele apenas trocou-a de mãos e em condições muito piores que as anteriores.

Porém, não se pode esquecer que foi de 1994 a 1999 conforme citação acima que a dívida pública teve seu maior salto recente no Brasil. Pois tivemos um montante que saltou da casa dos 20% para a casa dos 40% do Produto Interno Bruto - PIB. Em 2014 segundo dados do Senado Federal, foram gastos R\$ 978 bilhões de Reais com juros e amortizações da dívida pública, o que representa no orçamento um impacto de 45,11%.

Quase metade do orçamento brasileiro foi para pagar a juros e amortizações da dívida pública, isso corresponde a 12 vezes o que foi destinado à educação, 11 vezes aos gastos com saúde, no mesmo período. Além disso, representou ainda duas vezes o valor gasto com a Previdência Social (AUDITORIA CIDADÃ, 2015).

E até 30 de Setembro de 2015 foram gastos R\$ 773 bilhões de Reais, o que equivale a 47% do gasto federal e demonstra que já superamos em percentual, o que fora gasto o ano passado. Ocorre, que se percebe que a arrecadação vem crescendo ano a ano e isso deixa claro

que a dívida pública na verdade é uma espécie de buraco negro que consome tudo o que se produz no Brasil.

Tal quadro liga-se ao próprio conceito de Estado, que dentre outras, entende-se adequada para dentro do sistema capitalista, qual seja:

[...] explicam o Estado como fenômeno histórico passageiro, oriundo da aparição da luta de classes na Sociedade, desde que, da propriedade coletiva se passou à apropriação individual dos meios de produção. Instituição portanto que nem sempre existiu e que nem sempre existirá. Fadado a desaparecer, o poder político, como Marx o definiu, é ‘o poder organizado de uma classe para opressão de outra’. Da mesma forma, assinala Engels que a Sociedade, enquanto Sociedade de classes, não pode dispensar o Estado, isto é, ‘uma organização da respectiva classe exploradora para manutenção de suas condições externas de produção, a saber, para a opressão das classes exploradas’. (BONAVIDES, 2010, p. 68)

O que é fato com relação ao que se percebe até aqui é que existe um comando constitucional que não foi respeitado até o presente momento, uma dívida pública que consome quase metade de tudo que o Brasil consegue produzir. Errado dizer que diante disso vive-se uma crise política uma crise política e econômica desde 1988, pois não se tem vontade, ou força, política para realizar a auditoria determinada pelo artigo 26 da ADCT da Constituição, e economicamente é natural que um país que onere 45% de seu PIB para pagar juros não consiga se desenvolver economicamente.

O quadro não poderia ser outro que não a recessão dadas estas condições. E o velho problema da inflação alta volta a ditar as medidas econômicas a serem tomadas pelo governo, medidas neoliberais, e nos dão a exata medida de que devido o comprometimento de nosso orçamento nunca será possível superar esse quadro, no limite viver momentos breves de calma.

Mídia e crise econômica

Não se pode negar o papel importante que a mídia assume em países que procuram ainda que timidamente respeitar a democracia e com isso se fazerem democráticos. Neste sentido a publicidade e o acesso a informação são verdadeiros esteios para que o povo, o homem médio, a massa, consiga conhecer, compreender os problemas sociais para que possa, com o sem o Estado, solucionar seus problemas.

Seria incorreto não dar liberdade para que a mídia possa atuar em tal cenário. Porém, não menos incorreto é que essa mídia uma vez livre utilize seus instrumentos de maneira parcial, ou que se alie a elites para mascarar os reais problemas, dando versão incompleta, ou

mesmo errada, fazendo com que a população, que se guia principalmente pelo que a mídia produz, tenha visão errada e tome posicionamentos que busquem beneficiar as elites que se apoderaram do Estado.

Neste sentido escolhemos algumas notícias veiculadas para demonstrar a incompletude das informações que são fornecidas pela mídia sobretudo neste momento de crise econômica

A dívida pública federal, que inclui os endividamentos interno e externo do governo, cresceu 1,8% em setembro deste ano, para R\$ 2,73 trilhões, segundo informações divulgadas nesta segunda-feira (26) pela Secretaria do Tesouro Nacional. Em agosto, o endividamento público estava em R\$ 2,68 trilhões. O aumento da dívida em setembro deste ano está relacionado com a emissão líquida de títulos públicos (emissões maiores do que vencimentos) em R\$ 13,45 bilhões, à apropriação de juros, no valor de R\$ 34,89 bilhões - que engloba a alta do dólar, responsável pelo aumento da dívida externa, cotada e moeda estrangeira. **Papéis da dívida:** No mês passado, ainda segundo o Tesouro Nacional, foram emitidos R\$ 75,45 bilhões em papéis da dívida federal (ou seja, o governo pegou emprestado), ao mesmo tempo em que foram resgatados (pagos) R\$ 62 bilhões. Com isso, a chamada emissão líquida (acima dos vencimentos) somou R\$ 13,45 bilhões. Ao mesmo tempo, as despesas com juros totalizaram R\$ 34,89 bilhões. Somente a dívida externa subiu R\$ 11,6 bilhões no mês passado, principalmente por causa da alta do dólar. Como a dívida no exterior é cotada em moeda estrangeira, principalmente o dólar, quando estas moedas sobem, conseqüentemente também aumenta o valor da dívida externa - que somou R\$ 145 bilhões no fim de setembro, contra R\$134 bilhões no fechamento de agosto. **Programação para 2015:** No início deste ano, a Secretaria do Tesouro Nacional informou que, após terminar 2014 em R\$ 2,29 trilhões, a dívida pública pode chegar ao patamar máximo de R\$ 2,6 trilhões no fechamento de 2015. As informações foram divulgadas por meio do Plano Anual de Financiamento (PAF). No mês passado, porém, revisou esse teto para R\$ 2,8 trilhões. Ou seja, informou que a dívida subirá mais em 2015.(MARTELLO, 2015, sp.).

Até aqui abordamos basicamente o que é a dívida pública e ainda que minimamente foi possível perceber que a estrutura orçamentária brasileira está por demais comprometida com a situação. A mídia por sua vez apresenta informações preocupantes, sobretudo, no sentido da escalada da dívida pública em proporção ao PIB.

Essa condição leva o país a uma crise econômica no ano de 2015, até aqui tudo está dentro dos padrões para o Estado brasileiro, pois não se pode achar que diante do quadro já descrito que crise econômica é algo surpreendente, inesperado. Ocorre, que a mídia noticia a crise, se mostra preocupada com a escalada da dívida pública, mas quanto a solução percebe-se um “equivoco”. Vejamos

No ano passado, o governo gastou bem mais do que arrecadou. Fechou no vermelho, criando o maior rombo nas contas públicas da história. Não sobrou dinheiro nem para pagar os juros da sua dívida pública – o chamado superávit primário, uma espécie de garantia de que o país não dará calote nos credores. Os gastos do governo em 2014 mais que triplicaram em relação às receitas – todo o dinheiro arrecadado com impostos e outras fontes. Pela primeira vez desde 2009, houve queda na

arrecadação total de impostos. Para tentar salvar as finanças do governo em 2015, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, prometeu arrumar as contas até o fim do ano. Criou então a ambiciosa meta de um superávit primário de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a R\$ 66,3 bilhões. Mas essa conta precisou ser revisada devido à piora das projeções para o PIB de 2015. Em julho, o governo reduziu a meta de superávit para 0,15% do PIB. O ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, disse que o governo deverá revisar novamente para baixo a meta fiscal de 2015 – algo que o mercado financeiro já dava como certo. (LAPORTA, 2015, sp.)

O quadro é apresentado pela mídia de forma bastante clara, mas o que aqui destacamos é a complexidade do caso brasileiro que leva o Ministro da Fazenda a rever suas projeções devido a verdadeira estagnação econômica pela qual se passa atualmente. Além disso, o governo lança mão de um Ajuste Fiscal, que nada mais é do que a cartilha neoliberal seguida a risca, prometendo resolver o problema da crise econômica.

A seguir temos quatorze medidas que foram anunciadas como capazes de reposicionar a economia do Brasil para que seja superada a crise. As treze primeiras medidas foram publicadas no portal G1, cuja matéria foi assinada por Taís Laporta. A última medida também foi publicada no mesmo portal, porém não consta autoria.

1ª) SEGURO-DESEMPREGO: Agora o tempo mínimo de trabalho para solicitar o seguro desemprego pela primeira vez aumentou de 6 para 12 meses. O governo queria 18 meses. Para pedir o seguro pela segunda vez, o prazo subiu de 6 para 9 meses. O governo queria ampliar para 12 meses. Foi mantida a regra de no mínimo seis meses de atividade para o trabalhador pedir o benefício pela terceira vez (LAPORTA 2015).

2ª) ABONO SALARIAL: Metade dos benefícios do Abono Salarial (PIS) que seriam pagos este ano de 2015 só serão concedidos em 2016. O abono salarial tem valor de um salário mínimo e é pago anualmente aos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos (LAPORTA 2015).

Atualmente o dinheiro é pago a quem tenha exercido atividade remunerada por, no mínimo, 30 dias seguidos ou não, no ano. Um texto aprovado na Câmara prevê que poderá receber o benefício quem tiver no mínimo três meses de carteira assinada. A regra seguirá a mesma linha do 13º salário: quem trabalhou um mês ou cinco meses receberá respectivamente 1/12 e 5/12 do abono (LAPORTA 2015).

3ª) SEGURO-DEFESO: A regra para o benefício pago ao pescador durante o período em que a pesca é proibida foi mantida pela Câmara: será pago ao pescador que tiver ao menos um ano de registro na categoria. A intenção do governo era aumentar essa exigência para três anos (LAPORTA 2015).

4ª) SETOR ELÉTRICO: O governo não mais irá efetuar o repasse ao fundo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) estimado em R\$ 9 bilhões para este ano. Logicamente isto irá impactar no valor da energia elétrica em cerca de 9% (LAPORTA 2015).

5ª) CORTE NO ORÇAMENTO: O governo anunciou no dia 22 de maio o bloqueio de R\$ 69,9 bilhões em gastos no orçamento de 2015, maior contingenciamento de recursos da história, em termos nominais. Tiveram os maiores cortes os ministérios da Saúde (R\$ 11,77 bilhões), da Educação (R\$ 9,42 bilhões) e das Cidades (R\$ 17,23 bilhões) (LAPORTA 2015).

Neste sentido é importante frisar a falta de planejamento, ou melhor, o planejamento visível de privilegiar o setor privado diante do setor público. Dando mais uma mostra de política neoliberal, pois ato contínuo ao corte na educação o governo liberou R\$ 5,1 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES (AQUINO, 2015).

6ª) CORTES NO PAC: O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sofreu um corte de R\$ 25,7 bilhões, foi a primeira redução nos gastos do programa desde sua criação (LAPORTA 2015).

7ª) BNDES: O banco reduziu sua participação em financiamentos e aumentou as taxas de juros de longo prazo (TJLP), passando a praticar taxas mais próximas do mercado (cobradas por outros bancos). O limite para o financiamento com as taxas do programa é de 50% (para grandes empresas) e de 70% (para empresas menores) (LAPORTA 2015).

8ª) EXPORTAÇÕES: Em fevereiro, o governo reduziu os benefícios para exportadores de produtos manufaturados. Foi reduzido de 3% para 1% a alíquota do Reintegra, programa que "devolve" aos empresários uma parte do valor exportado por créditos do PIS e COFINS. Com a mudança, a renúncia fiscal com o Reintegra caiu de R\$ 6 bilhões para R\$ 3,5 bilhões por ano.

Tal política onera a indústria nacional e contribui ainda mais para a entrada de produtos internacionais, com preços mais baixos, isso irá redundar ainda em um déficit na balança comercial o que por sua vez pode levar ao aumento da dívida pública como já se disse anteriormente.

9ª) CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA: O governo enviou ao Congresso a MP 669 que reduz a desoneração da folha de pagamentos das empresas, aumentando as alíquotas de contribuição previdenciária. Com isso vai ficar mais cara para as empresas manter funcionários. Para o governo, significa uma receita extra de R\$ 5 bilhões no caixa da previdência em 2015 e pelo menos outros R\$ 12 bilhões em 2016. Porém, em março, o

presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), devolveu ao governo medida provisória, o que obrigou o governo a reenviar a MP como projeto de lei – que ainda precisar se aprovado no Congresso. (LAPORTA 2015).

O ato do Presidente do Senado não é expressão de preocupação com o risco de desemprego, mas sim que existe uma crise política que corre paralelamente a crise econômica.

10ª) IPI: No início do ano, o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre os automóveis voltou a chamada "alíquota cheia". Para carros com motor até 1 litro, o imposto em vigor passou de 3% para 7%. Nos veículos com motor entre 1 e 2 litros flex, a alíquota subiu de 9% para 11%. Nos veículos com a mesma faixa de motorização, mas movidos apenas a gasolina, passou de 10% para 13%. Os utilitários agora tem alíquota de 8% – antes era 3%. De acordo com a Anfavea, associação das montadoras, com IPI cheio, os preços dos carros devem subir, em média, 4,5% (LAPORTA 2015).

Além disso, um decreto presidencial equiparou o setor atacadista e o industrial no IPI que incide nos cosméticos. A medida não implica em aumento da alíquota e apenas “equaliza” a tributação ao longo da cadeia de produção e distribuição, afirma o ministro da Fazenda. Mesmo assim, o governo espera arrecadar R\$ 381 milhões com a medida neste ano e R\$ 653 milhões em 2016. As alterações entraram em vigor em maio, e a arrecadação passa a acontecer a partir de junho (LAPORTA 2015).

11ª) IOF: O governo aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que incide sobre as operações de crédito para o consumidor. A alíquota passou de 1,5% para 3% ao ano – o equivalente à alta de 0,0041% para 0,0082% por dia. O valor passou a ser cobrado além dos 0,38% que incidem na abertura das operações de crédito. Com a medida, o governo espera arrecadar R\$ 7,38 bilhões neste ano.

12ª). COMBUSTÍVEIS: Foram elevados o PIS, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre os combustíveis. O impacto no preço do litro de combustível é de R\$ 0,22 para a gasolina e de R\$ 0,15 para o diesel. A expectativa do governo é arrecadar R\$ 12,18 bilhões com esta medida em 2015. Com a alta dos combustíveis existe uma pressão inflacionária difícil de ser contida.

13ª) IMPORTAÇÕES: O governo também elevou a cobrança do PIS e a COFINS nas importações. As alíquotas avançaram de 9,25% para 11,75%. O objetivo é compensar a

decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que excluiu o ICMS das importações. A expectativa é arrecadar R\$ 694 milhões com o aumento da cobrança (LAPORTA 2015).

14^a) VOLTA DA CPMF: O Governo ainda na luta desenfreada para aumentar a arrecadação propõe a volta da CPMF, mas agora seria para financiar Previdência Social (G1, 2015). Percebe-se que quanto mais se arrecada, mais se afunda no que chamamos de buraco negro da dívida.

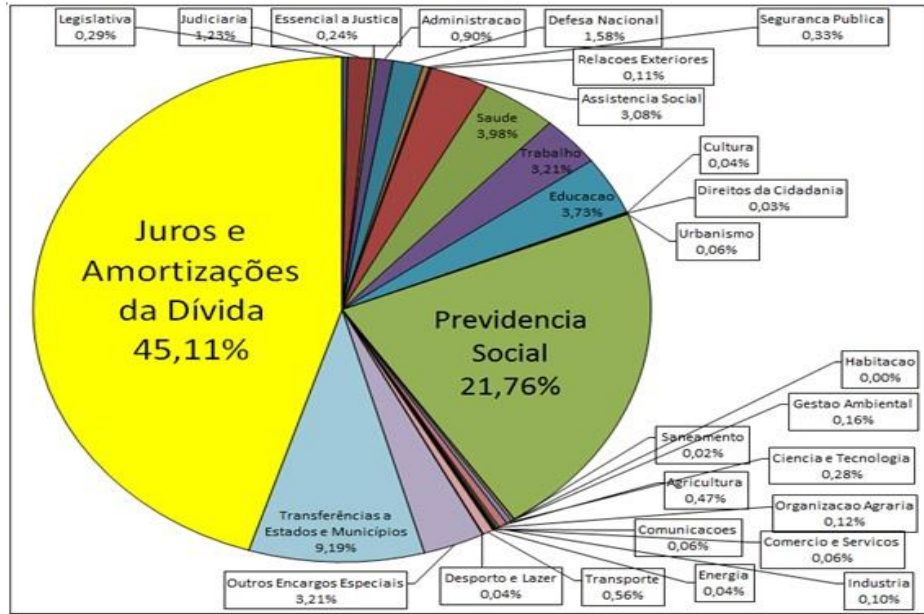
Mas é importante ponderar que o governo defende o aumento de tributos como forma de aumentar a carga tributária, mas se esquece da constatação demonstrada pela *Curva de Laffer*, ou seja, cada Estado tem um limite prático, ou máximo, que propicia o aumento da arrecadação, e quando o governo extrapola isso o que se vê é uma diminuição dessa arrecadação, é até possível aumentar o percentual de tributos, mas a sua arrecadação cairá.

A *Curva de Laffer* apresenta coerência, para tanto basta ver que o Ministério da Fazenda teve que rever suas metas para baixo, pois não contava dentre outras coisas com a baixa arrecadação.

Diante das medidas que foram pensadas pelo governo e difundidas pela mídia, e consequentemente formaram a percepção da população brasileira, é importante destacar que são medidas que surtem efeitos, sobretudo para a população de baixa renda. Importante ratificar que em nenhuma das medidas o governo aponta para a efetivação da auditoria da dívida, o que é condição indispensável para que possamos conseguir o desenvolvimento dentro do capitalismo.

Será mesmo que os problemas econômicos do Brasil são decorrência dos gastos com seguridade social, saúde, educação, ou seja, com os serviços públicos? Logicamente não é este o motivo pelo qual o Brasil passa por uma crise o que nos põe em permanente estado de crise desde a explosão da dívida durante a “era FHC” é a nossa passividade em aceitar, sem refletir porque gastamos quase metade do que produzimos no país com o pagamento de juros da dívida, ao passo que nosso gasto com saúde e educação é ínfimo. Vejamos o gráfico² seguir:

²Fonte: <http://www8d.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=92718> Notas: 1) inclui o “refinanciamento” da dívida, pois o governo contabiliza neste item grande parte dos juros pagos. 2) os gastos com juros e amortizações da dívida se referem aos GNDs 2 e 6, e foram desmembrados da Função “Encargos Especiais”: 3) as transferências a estados e municípios se referem ao programa 0903 – “Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica”, e também foram desmembradas da Função “Encargos Especiais”. 4) os demais gastos da função “Encargos Especiais” foram referidos no gráfico como sendo “Outros Encargos Especiais”, e representam principalmente despesas com o ressarcimento ao INSS de



O governo que como vimos na definição de Estado apresentada anteriormente nada mais é do que uma espécie de “comitê executivo do capital” e em conjunto com a mídia além de apresentar dados incompletos ainda chama a auditoria da dívida de “calote”. Neste sentido esclarece Maria Lucia Fattorelli em entrevista à revista Carta Capital

CC: O mercado financeiro e parte da imprensa costumam classificar a auditoria da dívida de calote. Por que a auditoria da dívida não é calote? **MLF:** A auditoria vai investigar e não tem poder de decisão do que vai ser feito. A auditoria só vai mostrar. No Equador, a auditoria só investigou e mostrou as fraudes, mecanismos que não eram dívidas, renúncias à prescrição de dívidas. O que é isso? É um ato nulo. Dívidas que já estavam prescritas. Uma dívida prescrita é morta. E isso aconteceu no Brasil também na época do Plano Brady, que transformou dívidas vencidas em títulos da dívida externa. Depois, esses títulos da dívida externa foram usados para comprar nossas empresas que foram privatizadas na década de 1990: Vale, Usiminas... tudo comprado com título da dívida em grande parte. Você está vendo como recicla? Aqui, na Grécia, o país está sendo pressionado para pagar uma dívida ilegítima. E qual foi a renegociação feita pelo [Geórgios] Papandréu [ex-primeiro-ministro da Grécia]? Ele conseguiu um adiamento em troca de um processo de privatização de 50 bilhões de euros. Esse é o esquema. Deixar de pagar esse tipo de dívida é calote? A gente mostra, simplesmente, a parte da dívida que não existe, que é nula, que é fraude. No dia em que a gente conseguir uma compreensão maior do que é uma auditoria da dívida e a fragilidade que lado está do lado de lá, a gente muda o mundo e o curso da história mundial. (TRUFFI, 2015, sp.).

A Mídia possui papel fundamental na democracia como já se disse, mas quando ela desconhece seu papel e se dedica a ofuscar a verdade daqueles que necessitam dela para se posicionarem comete grave falta ao amadurecimento democrático de um País. Chamar de

desonerações tributárias, subsídios à tarifa de energia elétrica, pagamento de precatórios, dentre outras. 5) O gráfico não inclui os “restos a pagar” de 2014, executados em 2015.

calote a auditoria da dívida demonstra bem de qual lado está posicionada. Calote é fazer com que a classe trabalhadora arque com os problemas econômicos sozinha enquanto o sistema financeiro permanece incólume.

Considerações finais

Neste momento é importante destacar uma frase atribuída a Bertolt Brecht, qual seja, *Melhor que roubar um banco, é fundar um banco!* Com o presente trabalho, que talvez seja muito mais político do que acadêmico, se for possível separar, pretendeu-se desconstruir o discurso que ganhou a sociedade brasileira, principalmente com o advento da política neoliberal fruto das alterações criadas após a queda do Muro de Berlim.

Esse discurso que aponta como causas principais dos problemas econômicos do Brasil as despesas com previdência, saúde, educação, e não a real causa que é a impotência do Estado para promover a auditoria da dívida pública que está consumindo quase metade de tudo que se produz neste país, quadro que se mostra acentuado a mais de 20 anos.

Por isso demonstrou-se aqui que não existe ajuste fiscal, política econômica, ou corte de gastos que resolva o caráter cíclico das crises econômicas do Brasil. A única forma de superar tal problema e auditar a dívida, seguindo o exemplo do Equador por exemplo. Bem verdade que tal missão não se mostra fácil, pois necessita de uma aliança do governo com a sociedade e a ruptura com o sistema financeiro.

Importante ainda é ponderar que a quando se diz e afirma a necessidade de realizar a auditoria, que foi determinada pela Constituição de 1988, não se quer a ruptura com o capitalismo, mas sim o reposicionamento da estrutura econômica brasileira, com vistas a poder atacar o tema central da dívida pública que colocou o Estado brasileiro de joelhos, pois os cortes realizados sempre atingem áreas que deveriam ser prioritárias na busca do bem comum.

Referências

AQUINO, Yara. **Governo libera R\$ 5,1 bilhões de crédito extraordinário para o Fies.** Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2015/07/governo-libera-r-51-bilhoes-de-credito-extraordinario-para-o-fies>> Acesso em: 20 de JUL. de 2015.

AUDITORIA CIDADÃ. **Perguntas mais frequentes sobre a dívida.** Disponível em: <<http://www.auditoriacidade.org.br/wp-content/uploads/2013/10/FAQ-Auditoria-Cidad%C3%A3.pdf>> Acesso em: 20 de SET. 2015.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** 17ª edição. São Paulo: Malheiros Editores. 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política: a história que vivi.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

DINIZ, Carlos Augusto de Oliveira. **A Reforma Econômica da era Fernando Henrique Cardoso e sua Importância para o Estado Brasileiro.** Trabalho de conclusão do Curso de Direito. Orientador: Prof. Msc. Isael José Santana. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba-MS, [s.n.] 2007.

G1. **Governo propõe volta da CPMF para financiar Previdência Social.**<

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/governo-propoe-volta-da-cpmf.html>> Acesso em: 26 de OUT. de 2015.

LAPORTA, Taís. **Entenda por que o governo precisa fazer o ajuste fiscal em 2015.**

Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/entenda-por-que-o-governo-precisa-fazer-o-ajuste-fiscal-em-2015.html>> Acesso em: 26 de OUT. de 2015.

MARTELLO, Alexandro. **Dívida pública sobe 1,8% em setembro, para R\$ 2,73 trilhões.**

Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/divida-publica-sobe-18-em-setembro-para-r-273-trilhoes.html>> Acesso em: 26 de OUT. de 2015.

PASSARINHO, Sandra. **Crise econômica atinge pesquisas científicas e universidades no Brasil.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/09/crise-economica-atinge-pesquisas-cientificas-e-universidades-no-brasil.html>> Acesso em: 10 de SET. de 2015.

PEREIRA, Fábio. **Entenda a dívida interna.** Disponível em:

<<http://www.cefetsp.br/edu/eso/dividainternafabio.html>> Acesso em: 23 de OUT. de 2015.

TRUFFI, Renan. **A dívida pública é um mega esquema de corrupção institucionalizado.**

Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/economia/201ca-divida-publica-e-um-mega-esquema-de-corrupcao-institucionalizado201d-9552.html> > Acesso em 28 de SET. de 2015.

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122033>